

9º SIMULADO INÉDITO

PARA 1ª FASE DO XXXII EXAME
DE ORDEM



Estratégia
OAB

PROVA OBJETIVA

Informações gerais

- Essa prova é focada na 1ª fase do XXXII Exame de Ordem da OAB;
- As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do exame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da correção ao vivo no canal do YouTube do Estratégia OAB, que começa às 14h.

Preencha o gabarito: <https://bit.ly/Simulado-OAB-11-07>

Siga as nossas Redes Sociais

Estratégia OAB no [YouTube](#)
[instagram.com/estratégia OAB](https://www.instagram.com/estrategia_oab)



ATENÇÃO!

Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 1ª Fase do XXXII Exame possam praticar. Por isso, é importante para nós, que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp*, etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! =) O objetivo é difundir esse simulado ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

CÓDIGO DE ÉTICA E ESTATUTO DA OAB

Roserval Júnior

Questão 1

José e Maria decidem constituir uma sociedade de advogados, e objetivando a conquista de uma maior clientela convidam Paulo Sousa para integrar a sociedade com sede em São Paulo.

Paulo Sousa já possui uma sociedade unipessoal com sede em São Paulo, mas decide também integrar a nova sociedade de José e Maria.

Nos termos dos preceitos éticos, assinale a alternativa correta.

- a) A situação retratada é autorizada pelo Estatuto da OAB, já que não há impedimento legal quanto à fixação da sociedade unipessoal de advocacia na mesma área territorial em que estiver instituída a sociedade pluripessoal, a qual passará a ser composta também por Paulo Sousa.
- b) O advogado Paulo Souza poderá integrar também a sociedade pluripessoal de advogados, desde que requeira a suspensão de sua inscrição frente ao Conselho Seccional da OAB.
- c) A situação retratada é autorizada pelo Estatuto da OAB, desde que os advogados sócios da mesma sociedade profissional não representem em juízo clientes de interesses opostos.
- d) A situação retratada é vedada pelo Estatuto da OAB, já que nenhum advogado pode integrar simultaneamente uma sociedade de advogados e uma sociedade unipessoal de advocacia, com sede ou filial na mesma área territorial do respectivo Conselho Seccional.

Questão 2

O advogado Marinho, inscrito na OAB, foi gravemente ofendido durante o exercício profissional, mais especificadamente, em determinada audiência judicial, gerando violação a sua prerrogativa profissional. O fato obteve grande repercussão no país. Considerando o caso narrado, e de acordo com o Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

- a) o pedido de desagravo público só pode ser formulado por Marinho, que é a pessoa ofendida em razão do exercício profissional.
- b) o pedido de desagravo pode ser formulado por Marinho, mas depende da concordância do ofensor, que é a parte interessada também.
- c) o pedido de desagravo deve ser promovido apenas pelo Conselho competente, sob a concordância do ofendido.
- d) o desagravo público não depende de concordância do ofendido, o qual não pode dispensá-lo, devendo ser promovido a critério do Conselho.

Questão 3

Rodrigo, advogado, precisava comunicar-se com magistrado em sala de trabalho, que se recusou a recebê-lo, afirmando que Rodrigo não havia marcado hora e que, portanto, não poderia dirigir-se aos magistrados naquele momento.

Com base no disposto no Estatuto da Advocacia e a OAB, Rodrigo

- a) Não poderia dirigir-se aos magistrados na sala de trabalho sem agendar horário, pois há hierarquia entre advogados e magistrados.
- b) Pode dirigir-se aos magistrados nas salas e gabinetes de trabalho sem horário agendado, ainda que o magistrado seja seu superior hierárquico e observando-se a ordem de chegada, desde que agendado dia e mês.
- c) Não teve seus direitos como advogado respeitados, pois é direito do advogado dirigir-se aos magistrados nas salas e gabinetes de trabalho, independentemente de horário marcado ou qualquer outra condição.
- d) Não pode dirigir-se aos magistrados nas salas e gabinetes de trabalho sem horário agendado, ainda que não exista hierarquia nem subordinação entre advogados, magistrados e membros do Ministério Público.

Questão 4

Bruno é advogado e promoveu a publicação patrocinada de uma postagem em suas páginas nas redes sociais, sem implicar o oferecimento de seus serviços, causando, porém, o envio de mensagens a diversos destinatários incertos. Em seguida, para comemorar o Natal, sua época favorita do ano, colocou luzes coloridas na porta do seu escritório.

Com base no Código de Ética da OAB, assinale a afirmativa correta.

- a) Bruno violou o Código de Ética ao enviar mensagens a destinatários incertos e não poderia colocar luzes coloridas na porta do seu escritório, por ser vedado o uso de painéis luminosos e assemelhados.
- b) O Código de Ética veda o uso da internet e de outros meios eletrônicos para veiculação de publicidade, sendo permitido seu uso apenas para fins de caráter científico ou cultural.
- c) O Código de Ética permite o uso da internet e de outros meios eletrônicos para o envio de mensagens a destinatários incertos, mesmo que impliquem o oferecimento de serviços e representem forma de captação de clientela
- d) A publicidade veiculada na internet seria permitida, caso não implicasse o oferecimento de serviços e não representasse forma de captação de clientela. Porém o envio de mensagens deveria ser para destinatários certos. As luzes de Natal também não violam o Código de Ética.

Questão 5

Em sede de processo disciplinar, compete ao relator do processo determinar a notificação dos interessados para prestar esclarecimentos, ou a do representado para apresentar defesa prévia, no prazo de

- a) 15 (quinze) dias.
- b) 10 (dez) dias.
- c) 5 (cinco) dias.
- d) 7 (sete) dias.

Questão 6

Ferdinando pretende constituir uma sociedade unipessoal de advocacia, uma vez que desde a época da faculdade, já possuía diversas pessoas interessadas em seus serviços jurídicos.

Acerca das características da sociedade unipessoal, assinale a alternativa correta.

- a) A sociedade unipessoal de advocacia pode resultar da concentração por um advogado das quotas de uma sociedade de advogados, a depender das razões que motivaram tal concentração.
- b) Torna-se possível a constituição de mais de uma sociedade unipessoal de advocacia, com sede ou filial na mesma área territorial do respectivo Conselho Seccional.
- c) A sociedade unipessoal de advocacia adquire personalidade jurídica com o registro aprovado dos seus atos constitutivos no Conselho Federal da OAB.
- d) A denominação da sociedade unipessoal de advocacia deve ser obrigatoriamente formada pelo nome do seu titular, completo ou parcial, com a expressão 'Sociedade Individual de Advocacia'.

Questão 7

O advogado Luiz do Rock foi indicado para patrocinar causa de juridicamente necessitado, diante da impossibilidade da Defensoria Pública no local da prestação de serviço. Acerca dos direitos de Luiz, quanto aos honorários advocatícios, assinale a alternativa correta:

- a) Luiz tem direito aos honorários fixados pelo juiz, segundo tabela organizada pelo Conselho Seccional da OAB, e pagos pelo Estado.
- b) Luiz não tem direito aos honorários advocatícios, tratando-se de serviço gratuito e obrigatório.
- c) Luiz não tem direito aos honorários advocatícios, em razão de ser considerado serviço público relevante, quando requisitado.
- d) Luiz tem direito aos honorários fixados pelo Conselho Seccional da OAB, e pagos pela União.

Questão 8

Carlão contratou o advogado, Zeca Sousa, para fins de que atue na defesa de seus direitos, em sede de Reclamação Trabalhista perante a empresa “X”.

O advogado, Zeca, obteve êxito na reclamatória trabalhista, e conseguiu uma condenação milionária da empresa.

Contudo, Carlão desconfiou dos valores a ele repassados pelo advogado e resolveu ingressar com uma Ação de Prestação de Contas pelas quantias recebidas pelo advogado. Acerca do prazo prescricional para o ingresso desta ação, assinale a alternativa correta.

- a) Prescreve em cinco anos a ação de prestação de contas pelas quantias recebidas pelo advogado de seu cliente, ou de terceiros por conta dele.
- b) Prescreve em dois anos a ação de prestação de contas pelas quantias recebidas apenas pelo advogado de seu cliente.
- c) Prescreve em três anos a ação de prestação de contas pelas quantias recebidas pelo advogado de seu cliente, ou de terceiros por conta dele.
- d) Trata-se de uma demanda imprescritível, haja vista o caráter declaratório da ação.



Estratégia
FILOSOFIA DO DIREITO
OAB

Jean Vilbert

Questão 9

“As primeiras uniões de pessoas, oriundas de uma necessidade natural, são aqueles entre seres incapazes de existir um sem o outro [...] — isto NÃO é resultado de uma escolha, mas, nas criaturas humanas, tal como nos outros animais e plantas, há um impulso natural” (ARISTÓTELES. Política. 3. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1997, p. 13-14).

Sobre o pensamento aristotélico com relação à sociedade, é CORRETO afirmar:

- a) A sociedade perfeita é espelhada no mundo das ideias.
- b) O homem é um animal político e fora da sociedade só há deuses e bestas.
- c) O mito da caverna é uma analogia aristotélica da vida do homem em sociedade.
- d) A sociedade é condição de vida para o homem, é por isso que ele opta pela vida gregária mediante o contrato social.

Questão 10

É deferido ao jurista romano Eneu Domício Ulpiano (150-223) a autoria do ditame “*Juris Praecepta Sunt haec: Honeste Vivere, Alterum Non Laedere, Suum Cuique Tribuere*”, algo como: tais são os preceitos do direito: viver honestamente, não ofender ninguém, dar a cada um o que lhe pertence.

Sobre a ideia de que “justiça é a vontade constante e perpétua de dar a cada um o que é seu por direito”, é CORRETO afirmar:

- a) A derivação não ofender ninguém é uma pretensão positiva e epistemológica do princípio de ordem social.
- b) Viver honestamente generaliza o mandamento de justiça sob o enfoque positivo, isto é, de acordo com a lei declarada.
- c) Dar a cada um o que lhe pertence volta a atenção da justiça exclusivamente à distribuição das benesses sociais conforme o direito.
- d) A máxima de Ulpiano condensa os princípios gerais que orbitavam o pensamento jurídico-filosófico da antiguidade greco-romana e foram transportados à contemporaneidade.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Diego Cerqueira

Questão 11

Em 2020, foi proposta no Supremo Tribunal Federal uma ADI para discutir a amplitude do exercício das imunidades profissionais do advogado. O dispositivo da lei determinava que a imunidade compreendia injúria, difamação ou desacato. Entretanto, na decisão do STF, por meio de método de interpretação constitucional, considerou a palavra “desacato” inconstitucional, por conflitar com a autoridade do magistrado na condução da atividade jurisdicional. Alguns juristas discutiram sobre qual teria sido o método adotado pela Corte. O método adotado foi:

- a) método sistemático.
- b) mutação constitucional formal.
- c) mutação constitucional informal.
- d) interpretação constitucional conforme com redução de texto.

Questão 12

No recente projeto de lei ordinária proposta por um parlamentar distrital, há a previsão de autorização da entrada e permanência de cães-guia (utilizados por deficientes visuais) em ônibus e em outros espaços públicos e privados no Distrito Federal. Contudo, para que o deficiente possa exercer tal direito, o projeto traz as seguintes exigências: (i) deve ser apresentado o atestado de sanidade do animal; (ii) o comprovante de registro do cadastramento e adestramento do cão, emitido por associação responsável; e (iii) o comprovante pessoal de treinamento do usuário. Ao analisar a situação narrada e o sistema federativo brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) É cabível contra o projeto de lei em tela a propositura de ação direta de inconstitucionalidade, porém não pode figurar no polo ativo o governador do DF ou Mesa da CLDF, já que não há pertinência temática.
- b) Não é cabível ação direta de inconstitucionalidade, pois só é possível o controle de constitucionalidade concentrado/abstrato pela via principal na forma repressiva, portanto incabível contra projeto de lei.
- c) É cabível contra o referido projeto de lei a propositura de ação direta de inconstitucionalidade, sendo possível constar no polo ativo o governador do DF ou Mesa da CLDF, já que haverá na hipótese pertinência temática.
- d) É cabível contra o projeto de lei em tela a propositura de representação direta de inconstitucionalidade, na qual pode figurar no polo ativo o governador do DF ou Mesa da CLDF, já que haverá na hipótese pertinência temática.

Questão 13

O Ministro Relator, para proferir seu voto no âmbito da concessão de medida cautelar em sede ADPF, utilizou de técnica empregada por Corte Constitucional estrangeira. Sua decisão foi de que ficou comprovada a situação de violação generalizada de direitos fundamentais e incapacidade reiterada e persistente das autoridades públicas em alterar tal situação. Para que as transgressões fossem superadas era necessária a atuação de diversas autoridades. Além disso, afirmou que é do Tribunal a função de retirar as autoridades pública do estado de letargia, provocar a formulação de novas políticas públicas, aumentar a deliberação política e social sobre a matéria e monitorar o sucesso de implementação das providências escolhidas, para que as soluções propostas tenham de fato efetividade. No caso apresentado, estamos diante da técnica de:

- a) declaração de estado de coisas inconstitucional.
- b) interpretação conforme a Constituição.
- c) decisão manipulativa de efeitos aditivos.
- d) mutação constitucional.

Questão 14

Maria entrou em uma briga com sua mãe e no calor da emoção afirmou que um dia a mãe iria precisar dela e iria sofrer, visto que não a ajudaria com nada. Com relação ao dever de Maria com sua mãe, assinale a alternativa que se encontra nos moldes da Constituição Federal de 1988:

- a) Maria não possui qualquer atribuição em relação ao dever de ajudar a mãe, devendo ampará-la somente em situação de velhice.
- b) Maria não possui qualquer atribuição em relação ao dever de ajudar a mãe.
- c) Maria possui o dever de ajudar e amparar a mãe na velhice, na carência e na enfermidade.
- d) Maria possui o dever de ajudar e amparar a mãe apenas em situação de enfermidade.

Questão 15

Ronaldo estava assistindo ao noticiário e impressionou-se ao ver a matéria abordando o tema da greve dos policiais militares em São Paulo. O apresentador do programa de TV afirmou que era proibido a realização de greve tanto pelos militares, quanto pelos servidores públicos. Desconfiado do que foi noticiado, porque até onde ele sabia a greve era direito de todos os cidadãos, Ronaldo resolveu tirar essa dúvida com sua amiga Juliana, estudante de direito. Juliana informou corretamente que:

- a) não há previsão na Constituição de direito de greve para os militares, mas há, sim, tal previsão para servidores civis, em texto classificado como norma constitucional de eficácia plena.
- b) há previsão constitucional de direito de greve para servidores civis e militares e tal norma possui eficácia plena.
- c) não há previsão constitucional de direito de greve para os militares, mas há, sim, tal previsão para servidores civis, em texto classificado como norma constitucional de eficácia contida.
- d) a constituição prevê o direito de greve para os servidores civis em norma de eficácia limitada, mas não há tal previsão no caso dos militares.

Questão 16

Certo município do Estado do Ceará construiu uma Igreja Católica com recursos próprios, em imóvel público. Em sua justificativa, o prefeito disse que os católicos estavam fazendo um excelente trabalho na recuperação de usuários de drogas e, como incentivo, decidiu por fazer a obra em questão. Com base no sistema jurídico-constitucional vigente, é correto afirmar que a conduta do Município:

- a) é inconstitucional, pois o princípio da liberdade religiosa e da livre manifestação do pensamento não assegura esses investimentos, exceto, através de votação da Câmara Municipal.
- b) é constitucional, pois o princípio da liberdade religiosa e da livre manifestação do pensamento assegura esses investimentos.
- c) fere a Constituição, pois é vedado ao Município estabelecer igrejas, independentemente de pretender fazê-la em imóvel de sua titularidade.
- d) está conforme a CRF/88, uma vez que o Município está incentivando grupos que vem trabalhando para o bem-estar social.

Questão 17

Um Governador elaborou projeto de lei constituindo fundo especial de fomento à cultura, vinculando a ele cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida. Tal medida seria:

- a) inconstitucional, já que a criação de fundos públicos não depende de lei, mas sim de medida provisória do próprio Governador, por se tratar de matéria ligada à administração do Estado.
- b) constitucional, pois o texto da CRFB/88 traz expressamente que é permitida a vinculação de receitas tributárias para a constituição de fundo especial com essa finalidade.
- c) inconstitucional, tendo em vista que é vedada a vinculação de receitas públicas de qualquer natureza a fundo, órgão ou despesa.
- d) constitucional, pois não há vedação na Constituição à vinculação de receita de impostos a fundo especial, ainda que constituído com finalidade diversa da almejada pelo Governador.

DIREITOS HUMANOS

Ricardo Torques

Questão 18

Pena de morte ou, simplesmente, pena capital é fruto de um processo legal no qual determinada pessoa é morta pelo Estado tendo em vista a punição por um crime cometido. Considerando o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos apresenta determinadas estipulações quanto a penas, é correto afirmar que a pena de morte

- a) será imposta nos casos de etnocídio e genocídio, em decorrência de uma sentença transitada em julgado e proferida por tribunal competente.
- b) será imposta nos casos de crimes graves, em decorrência de uma sentença transitada em julgado e proferida por tribunal competente.
- c) poderá ser imposta em países em que não tenha sido abolida, apenas nos casos de crimes mais graves, em conformidade com legislação vigente na época em que o crime foi cometido e que não esteja em conflito com as disposições do referido Pacto, nem com a Convenção sobre a Prevenção e a Punição do Crime de Genocídio.
- d) será imposta nos casos de crimes contra o Estado, em decorrência de uma sentença transitada em julgado e proferida por tribunal competente.

Questão 19

A Constituição da República é marco jurídico na proteção dos direitos humanos no Brasil. Em razão do contexto em que surgiu – de superação a um período de exceção e ditatorial, violador de direitos –, nosso Texto Constitucional trouxe significativas mudanças em relação ao trato dos Direitos Humanos.

A Constituição Federal de 1988, no que tange aos direitos humanos, estabelece que:

- a) Seu rol resta limitado àquele previsto no texto constitucional.
- b) Eles, os direitos humanos, são prevalentes, nas relações internacionais da República Federativa do Brasil.
- c) Existe a necessidade imperiosa da internalização dos direitos humanos previstos em tratados antes de sua aplicação em território brasileiro.
- d) A dignidade da pessoa humana é um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

DIREITO INTERNACIONAL

Vanessa Arns

Questão 20

Sobre os Tratados internacionais, assinale a opção incorreta.

- a) “A Negociação” a fase inicial do processo de celebração de um tratado. Em regra, as negociações ocorrem no âmbito de uma organização internacional ou de uma conferência internacional especialmente convocada para esse objetivo.
- b) A adoção do texto é o momento final da fase de negociações, quando se tem um texto convencional produzido pelas partes contratantes. O texto adotado é aquele que seguirá para a assinatura
- c) A adoção do texto final de um tratado é sempre feita por unanimidade.
- d) A assinatura representa, em regra, o consentimento provisório de um Estado em se obrigar ao texto de um tratado. Nos acordos em forma simplificada, a assinatura poderá, todavia, representar o consentimento definitivo.

Questão 21

João e Maria se casaram no Brasil e se mudaram para a Itália, onde permaneceram por quase 4 anos. Após um período difícil, o casal, que não tem filhos, nem bens, decide, de comum acordo, se divorciar e Maria pretende retornar ao Brasil.

Com relação à dissolução do casamento, assinale a afirmativa correta

- a) O divórcio só poderá ser requerido no Brasil, já que o casamento foi realizado no Brasil.
- b) O divórcio, se efetivado na Itália, precisa ser reconhecido e homologado perante o STJ para que tenha validade no Brasil.
- c) O divórcio consensual pode ser reconhecido no Brasil sem que seja necessário proceder à homologação.
- d) Para requerer o divórcio no Brasil, o casal deverá, primeiramente, voltar a residir no país.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Rodrigo Martins

Questão 22

O Estado ABC está sendo executado pelo Município XYZ quanto à cobrança da Taxa de Coleta de Lixo relativa ao serviço público municipal de coleta, remoção e destinação do lixo proveniente dos imóveis onde funcionam as escolas estaduais. A Execução Fiscal foi proposta com base na Lei Federal nº 6.830/80 (Lei de Execução Fiscal). Nos Embargos à Execução Fiscal, o Procurador do Estado alegou que a cobrança é inconstitucional. Sobre a hipótese, é correto afirmar que a defesa:

- a) Deve ser acatada, em razão da imunidade recíproca.
- b) Deve ser rejeitada, pois a imunidade recíproca não abrange as taxas.
- c) Deve ser acatada, pois o Supremo Tribunal Federal já sedimentou o entendimento de que a Taxa de Coleta de Lixo não é específica e divisível.
- d) Deve ser rejeitada, pois o processo de execução contra a Fazenda Pública é regido pelas disposições do CPC, e não pela Lei de Execução Fiscal, que é aplicável somente às dívidas de particulares.

Questão 23

Determinada instituição educacional privada sem fins lucrativos conseguiu obter o reconhecimento da imunidade tributária porque atende a todos os requisitos constitucionais e legais necessários. Ela é proprietária de dois imóveis: um deles é diretamente utilizado na exploração das suas finalidades essenciais e o outro não, pois encontra-se temporariamente vago e ocioso. É certo que nos últimos dois anos a referida entidade vem obtendo superávit financeiro, ou seja, vem auferindo lucro. Com base na hipótese apresentada e de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar, relativamente ao IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, que:

- a) Os dois imóveis da entidade não podem ser abrangidos pela imunidade tributária, que só alcança instituições que não sejam superavitárias.
- b) Os dois imóveis devem ser abrangidos pela imunidade tributária.
- c) Somente o imóvel diretamente utilizado na exploração das finalidades essenciais da instituição deve ser abrangido pela imunidade tributária, mesmo que tal entidade seja superavitária.
- d) Os dois imóveis não serão abrangidos pela imunidade tributária, que só beneficia instituições públicas de educação.

Questão 24

Pedro foi citado, em Execução Fiscal, em 10/07/2020, para pagamento do IRPF - Imposto sobre a Renda da Pessoa Física relativamente a crédito constituído em 28/04/2017. Após garantir parcialmente a execução por meio de seu único bem, qual seja, um veículo automotor, o contribuinte opôs Embargos à Execução Fiscal impugnando a cobrança em questão, sob o argumento de que o débito se encontra extinto pela prescrição. Sobre a hipótese, é correto afirmar que os embargos opostos pelo devedor devem ser:

- a) Rejeitados, pois a Lei Federal nº 6.830/80 (Lei de Execução Fiscal) não permite a oposição de embargos do executado antes de integralmente garantida a execução.
- b) Admitidos, pois o CPC – Código de Processo Civil dispensa a garantia da execução para a oposição dos embargos à Execução Fiscal, e julgados procedentes, pois o débito foi extinto pela prescrição.
- c) Admitidos, desde que o devedor comprove a sua insuficiência patrimonial e a consequente impossibilidade de reforçar a penhora, de modo a garantir integralmente a execução, e julgados improcedentes, pois o débito não foi extinto pela prescrição.
- d) Admitidos, desde que o devedor comprove a sua insuficiência patrimonial e a consequente impossibilidade de reforçar a penhora, de modo a garantir integralmente a execução, e julgados procedentes, pois o débito foi extinto pela prescrição.

Questão 25

Após ser gravemente agredido e ridicularizado nas redes sociais, Gustavo propôs ação de indenização por danos morais em face de Alexandre. Essa ação transitou em julgado condenando o réu Alexandre ao pagamento de R\$ 60.000,00 (sessenta mil Reais) em favor de Gustavo, a título de indenização por danos morais. Sobre a hipótese, é correto afirmar que Gustavo:

- a) Pagará imposto de renda, já que o valor recebido representa acréscimo patrimonial.
- b) Pagará imposto de renda sobre o valor recebido, em homenagem aos princípios constitucionais da generalidade e da isonomia tributária.
- c) Não pagará imposto de renda sobre o valor recebido, já que se trata de verba *sui generis*.
- d) Não pagará imposto de renda, já que o valor recebido tem natureza indenizatória.

Questão 26

O Município ABC instituiu, por meio de lei ordinária municipal, ISS – Imposto sobre Serviços sobre a atividade de locação de automóveis. Em razão dessa lei, uma locadora de veículos situada no território do Município ABC foi autuada pelo fisco municipal por não estar declarando e nem efetuando o recolhimento do referido imposto. Inconformada, a locadora de veículos judicializou a questão alegando que somente por meio de lei complementar municipal poderia o ISS incidir sobre essa atividade. Diante dessa hipótese, é correto afirmar que:

- a) O Município não poderia ter utilizado lei ordinária municipal para instituir o ISS sobre a atividade em questão, mas somente lei complementar municipal.
- b) A locação de automóveis está sujeita unicamente à incidência de imposto da competência tributária dos Estados e do Distrito Federal.
- c) A incidência de ISS sobre a locação de veículos automotores é considerada inconstitucional.
- e) A incidência de ISS sobre a locação de veículos automotores é considerada constitucional.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Igor Maciel

Questão 27

Um terreno na região central da Cidade de São Paulo, de propriedade do Estado estava desocupado, uma vez que fazia parte de um projeto de construção de uma escola pública que nunca foi concluído. Dezenas de famílias ocuparam o terreno e construíram pequenas habitações improvisadas para se abrigar, revezando-se na moradia e realização de atividades comerciais irregulares.

Após alguns anos de ocupação, a comunidade decidiu por ajuizar uma ação de usucapião para regularizar sua ocupação. O pedido, de acordo com o que dispõe a Constituição Federal

- a) não pode ser acolhido porque a ocupação irregular se deu em terreno que constitui bem de uso especial, pois destinado à escola, modalidade de bens públicos imprescritível.
- b) depende da anuência do Estado, porque os terrenos públicos somente podem ser usucapidos quando há permissão do titular do domínio para a ocupação.
- c) não pode ser provido, posto que o terreno público em questão, independentemente de ser bem dominical, submete-se ao regime jurídico de direito público, sendo, assim, imprescritível.
- d) é passível de ser procedente, pois os bens públicos de uso comum, especial e os dominicais somente são protegidos pela imprescritibilidade e pela impenhorabilidade no caso de estarem destinados a uma atividade de interesse ou serviço público.

Questão 28

Renato, servidor público federal ocupante de cargo técnico de provimento efetivo junto ao Poder Executivo, há uma década exerce suas funções com lisura e eficiência.

Após ser aprovado em um novo certame, tomou posse em outro cargo federal, como analista. Porém, neste último cargo, não foi aprovado no estágio probatório:

À luz da sistemática legal vigente, Renato deve ser

- a) reconduzido ao cargo anterior, pois já era estável.
- b) mantido no novo cargo como analista, pois já era estável.
- c) exonerado do serviço público.
- d) demitido do serviço público.

Questão 29

Amanda e Mirela, servidoras públicas federais ocupantes de cargos de provimento efetivo, durante a sua atuação funcional, observaram que algumas pessoas, sem que percebessem, acabavam por esquecer alguns pertences dentro da repartição pública. Sempre que o interessado não voltava ao local, Amanda recolhia o objeto esquecido e ficava com eles. Mirela, por sua vez, ao tomar conhecimento de um objeto esquecido, tomava posse dele, inclusive afirmando que não havia visto o objeto, mesmo se o interessado retornasse à repartição em busca deste.

Considerando os princípios que devem nortear a atuação dos servidores públicos:

- a) Amanda e Mirela agiram de forma incorreta.
- b) somente Mirela agiu de forma correta.
- c) somente Amanda agiu de forma correta.
- d) ambas estão corretas, se obedeceram à chefia imediata.

Questão 30

A União, aproveitando o aumento de pessoal após a realização de um concurso público no Ministério da Educação, decide criar um novo órgão para fiscalizar a aplicação da prova do ENEM.

Nesse contexto, a União utilizou-se da técnica administrativa denominada

- a) desconcentração.
- b) descentralização.
- c) publicização.
- d) interconexão ministerial

Questão 31

Considere a seguinte situação: A cidade de São Paulo, mediante prévio procedimento licitatório, contratou a construção de um hospital voltado ao atendimento de urgência à população periférica. Durante a execução do contrato, constatou-se a necessidade de modificação do projeto, para que o hospital pudesse prestar atendimento aos casos de coronavírus confirmados na região. Considerando as disposições aplicáveis da Lei nº 8.666/1993, o Estado

- a) deverá celebrar outro contrato específico, com o mesmo contratado, com dispensa de procedimento licitatório, para inclusão dos eventuais acréscimos necessários.
- b) poderá aditar o contrato celebrado, promovendo o reequilíbrio econômico-financeiro a favor do contratado se aumentados os seus encargos originais.
- c) deverá proceder à rescisão do contrato, em razão de fato superveniente, com a correspondente indenização do contratado, por custos incorridos e lucros cessantes.
- d) não poderá efetuar qualquer alteração no contrato em vigor, sob pena de ofender o princípio da vinculação ao edital.

Questão 32

Nicolas foi aprovado em concurso público para ocupar o cargo de auditor fiscal da Receita Federal.

Todavia, após constatar que a eficiência de Nicolas ostentava um patamar muito abaixo do esperado após três anos de efetivo exercício, a Administração entendeu que o servidor não cumpriu as condições no período de estágio probatório.

Considerando a situação apresentada, assinale a afirmativa correta:

- a) Nicolas deve ser readaptado em cargo de atribuições afins.
- b) A Administração deve demitir Nicolas, solução prevista em lei para os casos de inaptidão no estágio probatório.
- c) Nicolas deve ser realocado em outro órgão ou outra entidade do mesmo Poder, a fim de que possa desempenhar suas atribuições em local diverso do empossado e ser novamente avaliado quanto ao seu desempenho em um período não superior a dois anos.
- d) A Administração deve exonerar Nicolas, após o devido processo legal, uma vez que ele demonstrou não deter aptidão e capacidade para o exercício do ofício.

DIREITO AMBIENTAL

Roserval Júnior

Questão 33

Sobre os aspectos constitucionais do Direito Ambiental, assinale a alternativa correta.

- a) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.
- b) Compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local. No entanto, estes não podem suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.
- c) A defesa do meio ambiente não é um princípio constitucional da ordem econômica, apesar de ser uma incumbência do Poder Público e da coletividade.
- d) As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em decreto federal, sem o que não poderão ser instaladas.

Questão 34

João Paulo procurou o seu advogado pois quer construir uma Fábrica de Cerveja e precisa saber quais licenças ambientais serão necessárias. João Paulo já escolheu a localização e agora irá ao Órgão Ambiental para saber se existe viabilidade ambiental e quais seriam os requisitos, estudos e documentos necessários para que o local escolhido seja aprovado.

O Advogado orientou que seria necessária inicialmente uma licença que é concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação.

De acordo com a Legislação Ambiental brasileira, essa Licença Ambiental seria a:

- a) Licença de Localização Inicial (LLI)
- b) Licença de Instalação (LI)
- c) Licença de Planejamento Preliminar (LPP)
- d) Licença Prévia (LP)

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

Questão 35

Maria, Eliza e Isabel firmaram um contrato estabelecendo que, quando sua mãe falecesse, a herança será distribuída na seguinte proporção: metade para Maria, 1/4 para Eliza e 1/4 para Isabel. Nestes termos, esse contrato é

- a) válido se não prejudicar credores da mãe.
- b) válido se não existirem outros herdeiros necessários.
- c) nulo.
- d) anulável.

Questão 36

Leiton foi procurado por sua irmã Renata, que lhe ofereceu R\$ 600.000,00 pelo sobrado que ele possuía em Campos do Jordão. Renata, por sua vez, com receio de que Lucas, locatário atual do sobrado, utilizasse de seu direito de preferência e cobrisse a oferta feita por ela, propôs à Leiton que ficasse registrado na escritura o valor de R\$ 1.8000.000,00, apesar do valor real da transação ser apenas a terça parte do referido registro.

Realizado nesses termos, o negócio:

- a) pode ser anulado no prazo decadencial de dois anos, em virtude de dolo.
- b) é viciado por erro, que somente pode ser alegado por Lucas.
- c) é nulo em virtude de simulação, o que pode ser suscitado por qualquer interessado.
- d) é ineficaz, em razão de fraude contra credores, inoponíveis seus efeitos perante João.

Questão 37

Janaína, sem herdeiros necessários, testou todos os seus bens, deixando-os, em sua integralidade para sua melhor amiga, Renata. Após cinco anos da lavratura do testamento, Janaína realizou inseminação artificial, dando à luz à Celina. Contudo, por conta de complicações no parto, Janaína faleceu durante o parto.

Neste caso, sobre a sucessão, assinale a alternativa correta:

- a) Celina herdará todos os bens de Janaína.
- b) Renata herdará a parte disponível e Celina, a legítima.
- c) Renata herdará todos os bens de Janaína.
- d) A herança de Janaína será declarada jacente.

Questão 38

Joel, pequeno agricultor, à vista de todos e sem utilizar-se de qualquer tipo de violência, instala-se em um terreno vazio e passa a residir ali, cultivando, ainda, uma pequena horta, onde plantava apenas para retirar seu sustento.

Sem ser incomodado, apesar de ter conhecimento de que o terreno possui justo proprietário, Joel exerce posse mansa e pacífica por 2 (dois) anos, quando é expulso por Cássio e seus filhos - proprietários do terreno -, todos armados.

Considerando que Cássio e seus filhos tomaram conhecimento da presença de Joel no imóvel apenas no dia anterior à retomada, assinale a alternativa correta.

- a) Tendo em vista a ocorrência do esbulho, Joel deve ajuizar uma ação possessória contra Cássio e seus filhos, no intuito de recuperar a posse que exercia.
- b) Cássio e seus filhos têm o direito de retomar a posse do bem mediante o uso da força com base no desforço imediato, eis que agiu imediatamente após a ciência do ocorrido.
- c) Como não houve emprego de violência, Joel não pode ser considerado esbulhador.
- d) Na condição de possuidor de boa-fé, Joel tem direito aos frutos e ao ressarcimento das benfeitorias realizadas durante o período de exercício da posse.

Questão 39

Michele, casada pelo regime da comunhão total de bens, descobre que seu marido, Jair, vendeu um sítio localizado na cidade de Atibaia, cuja propriedade era abarcada pelo patrimônio comum do casal, sem a devida outorga uxória. A descoberta gera uma crise conjugal, que origina o divórcio do casal.

Após a concretização do divórcio, Michele ajuíza ação em face de Jair, objetivando a invalidação da venda do sítio.

Acerca da situação narrada, assinale a alternativa correta.

- a) O juiz pode conhecer de ofício do vício decorrente do fato de Michele não ter anuído com a alienação do bem.
- b) O fato de Michele não ter anuído com a alienação do bem representa um vício que convalesce com o decurso do tempo.
- c) O vício decorrente da ausência de vênua conjugal não pode ser sanado pela posterior confirmação do ato por Michele.
- d) Para que a pretensão de Michele seja acolhida, ela deveria ter observado o prazo prescricional de dois anos, a contar da data do divórcio.

Questão 40

Mônico, casado há cinco anos com Eduarda no regime de comunhão parcial de bens, falece 10 dias após contrair o novo coronavírus. De sua família de origem ainda restam vivos Cirilo, seu pai, e Iara, sua avó materna, que encontra-se acamada por contrair a mesma moléstia.

A partir da situação acima, assinale a opção que indica a sucessão de Mônico.

- a) Serão herdeiros Cirilo, Iara e Eduarda, a última em concorrência, atribuído quinhão de 1/3 do patrimônio para cada um deles.
- b) Serão herdeiros Cirilo e Eduarda, atribuído quinhão de 2/3 ao pai e de 1/3 à Eduarda, cônjuge concorrente.
- c) Cirilo será herdeiro sobre a totalidade dos bens, enquanto Eduarda apenas herda, em concorrência com este, os bens particulares do falecido.
- d) Serão herdeiros Cirilo e Eduarda, esta herdeira concorrente, atribuído quinhão de metade do patrimônio para cada um destes.

Questão 41

Após oito anos de casamento, Gabriela e Troy compram a quitinete em que residiam, no centro do Rio de Janeiro, tornando-se este, a partir daquele momento, o único bem imóvel do casal. Sobrevindo uma crise conjugal, Troy se apaixona por uma colega de trabalho, decide morar com ela no litoral de São Paulo e abandona Gabriela, deixando sua ex-parceira sozinha e sustentando, a partir daquele momento, todas as despesas do imóvel.

Decorridos cinco anos do total abandono, Troy retorna ao Rio de Janeiro e exige sua meação no imóvel.

Acerca da situação apresentada, assinale a alternativa correta.

- a) Gabriela e Troy são condôminos sobre o bem, o que impede qualquer um deles de adquirí-lo por usucapião.
- b) Gabriela poderá residir no imóvel em razão do direito real de habitação.
- c) Gabriela adquiriu o domínio integral, por meio de usucapião, já que Troy abandonou o imóvel por mais de dois anos.
- d) Troy faz jus à meação do imóvel em eventual dissolução de união estável.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ricardo Torques

Questão 42

Jasmin, mãe de Juliano, criança com deficiência, procura a Secretaria Municipal de Educação para obtenção de vaga para seu filho no 1º ano do Ensino Fundamental da rede pública municipal. Ao indagar sobre a existência de vagas na rede regular de ensino, recebe imediatamente a resposta de que deverá matricular seu filho na única escola especial da cidade, que fica muito distante de sua residência.

Considerando o desejo de Jasmin, a conduta adotada pelo município

- a) não está correta, pois Juliano possui preferencialmente o direito de receber atendimento especializado na rede regular de ensino, ainda que a escola seja distante de sua residência.
- b) está correta, pois Juliano deverá se matricular na escola pública especial, desde que o município lhe forneça o transporte.
- c) não está correta, pois Juliano deverá ser matriculado em uma escola especial, que será escolhida pela proximidade de sua residência.
- d) não está correta, pois Juliano possui preferencialmente o direito de receber atendimento especializado na rede regular de ensino próxima de sua residência.

Questão 43

O Conselho Tutelar possui diversas funções relacionada à proteção da Criança e do Adolescente, dentre essas funções está a de promover a execução de suas decisões, podendo para tanto encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.

Sobre o Conselho Tutelar, de acordo com a Lei nº 8.069/90, assinale a alternativa correta:

- a) é composto por servidores públicos municipais previamente aprovados em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo;
- b) é órgão do Poder Judiciário que tem por finalidade atender as crianças e adolescentes em estado de vulnerabilidade social, aplicando medidas de proteção e medidas socioeducativas;
- c) deve representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural;
- d) deve, com a prévia autorização do Ministério Público, dispor sobre a participação de criança e adolescente em espetáculos públicos e seus ensaios, bem como em certames de beleza, em sua área territorial;

DIREITO DO CONSUMIDOR

Igor Maciel

Questão 44

Em 05 de janeiro de 2020, Letícia foi até uma loja e comprou um aspirador de pó, que ficou, desde então, guardado em sua residência, pois Letícia precisou viajar para cuidar de seu pai, que estava acamado. Após retornar da viagem, em 15 de março de 2020, notou que o aspirador de pó não funcionava. Em 19 de maio de 2020, formulou reclamação formal ao fornecedor da televisão. Em 22 de maio de 2020, o fornecedor respondeu à reclamação, negando-se a reparar o produto. Inconformada, Letícia ajuizou ação contra o fornecedor, em 18 de junho de 2020, pleiteando a substituição do produto. Em contestação, o fornecedor arguiu a decadência do direito. Nesse caso, a arguição de decadência deve ser

- a) acolhida, pois o direito de reclamar pelo vício do produto caducou em fevereiro de 2020.
- b) acolhida, pois o direito de reclamar pelo vício do produto caducou em abril de 2020.
- c) rejeitada, pois a decadência foi obstada pela reclamação feita ao fornecedor.
- d) rejeitada, pois o direito de reclamar pelo vício do produto só caducaria em agosto de 2019.

Questão 45

Objetivando aumentar a venda de camisetas infantis customizadas do personagem Homem de Ferro, o fabricante passou a veicular uma propaganda na televisão, em horário vespertino, em que um ator mirim se transforma no herói após vestir as peças de roupa e, logo após a transformação, começa a voar, utilizando-se da armadura do herói, cruzando uma cidade fictícia em questão de segundos. A referida propaganda, quando vista por crianças,

- a) é simultaneamente abusiva e enganosa; abusiva por eventualmente induzir a comportamento perigoso, por deficiência de julgamento e de experiência, e enganosa pelo conteúdo não verdadeiro de uma criança criar a habilidade de voar, apenas utilizando uma camiseta customizada.
- b) é somente abusiva, pelo induzimento ao comportamento perigoso, pois toda criança saberá discernir o conteúdo falso do ator mirim voando após vestir as camisetas.
- c) será só abusiva, pois esta engloba a publicidade enganosa no conceito mais amplo da periculosidade da conduta e do aproveitamento da falta de experiência dos infantes.
- d) é apenas enganosa, pois não é possível que uma publicidade seja ao mesmo tempo abusiva e enganosa pelas normas do CDC.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

Questão 46

Carlos exerce a sua atividade como empresário individual e, alguns meses após a realização de sua inscrição perante o Registro Público de Empresas Mercantis, sofre um acidente que acarreta a sua incapacidade para os atos da vida civil. Nessa hipótese:

- a) Haverá o cancelamento automático de sua inscrição como empresário individual.
- b) Deverá ser requerido o cancelamento de sua inscrição diretamente na Junta Comercial, pois, considerado o aspecto personalíssimo da atividade de empresário individual, esta não poderá continuar.
- c) Deverá ser requerido o cancelamento de sua inscrição ao juízo responsável pela declaração de sua incapacidade, pois, considerado o aspecto personalíssimo da atividade de empresário individual, esta não poderá continuar.
- d) Poderá ser autorizada judicialmente a continuação da atividade desse empresário individual.

Questão 47

Segundo o Código Civil, no tocante ao direito de empresa, assinale a alternativa incorreta:

- a) Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
- b) Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.
- c) É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade.
- d) Considera-se empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística.

Questão 48

O estabelecimento comercial é todo o complexo de bens, materiais e imateriais, organizado para o exercício da empresa. Os bens materiais do estabelecimento comercial incluem

- a) o ponto comercial.
- b) marcas e patentes.
- c) os contratos.
- d) as mercadorias.

Questão 49

Lair era sócio de determinada sociedade simples limitada e realizou a cessão total de sua quota a Caio, tendo sido efetuada a modificação do contrato social com o consentimento dos demais sócios. De acordo com o Código Civil, na sociedade simples, a responsabilidade perante a sociedade e terceiros pelas obrigações que Lair possuía como sócio será

- a) apenas de Lair, independentemente do tempo decorrido após a averbação da modificação do contrato.
- b) de Lair solidariamente com Caio, até dois anos depois de averbada a modificação do contrato.
- c) apenas de Caio, pois, no momento da cessão de quotas, transferem-se também as obrigações como sócio do cedente ao cessionário.
- d) apenas de Lair, até um ano depois de averbada a modificação do contrato.

Questão 50

Na sociedade limitada, a falta de pluralidade de sócios após a sua constituição:

- a) Acarreta a imediata dissolução da sociedade.
- b) Torna a sociedade irregular.
- c) Acarreta a dissolução da sociedade, se não reconstituída a pluralidade de sócios no prazo de 180 dias.
- d) Acarreta a dissolução da sociedade, se não reconstituída a pluralidade de sócios no prazo de 1 ano.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

Questão 51

O advogado Marcelo sempre foi bastante desatento e, por isso, coleciona diversas histórias familiares e profissionais que demonstram sua falta de atenção. Certa feita, pouco depois de formado, Marcelo ajuizou uma ação em face da União na 2ª Vara Cível do Tribunal de Justiça de seu estado. Com base nas disposições do Código de Processo Civil, quanto ao trâmite processual, pode-se afirmar que:

- a) Houve a prorrogação da competência pois a competência em razão da matéria ou da pessoa é relativa.
- b) Os autos deverão ser remetidos ao juízo federal ainda que presente pedido cuja apreciação seja de competência da 2ª Vara Cível do Tribunal de Justiça, visto que a competência absoluta se sobrepõe à competência relativa.
- c) Marcelo poderá ter agido corretamente caso se trate de uma ação de recuperação judicial ou falência.
- d) O juízo federal restituirá os autos ao juízo estadual, após suscitar o conflito de competência, se o ente federal cuja presença ensejou a remessa for excluído do processo.

Questão 52

Após um excelente atendimento ao constituinte, o causídico Pedro Rubens deu-se conta que não havia providenciado a procuração para ajuizar a ação. Constrangido em ligar para o cliente pedindo que retornasse ao escritório, imaginou que não haveria qualquer impedimento ajuizar a ação sem o referido instrumento. Nesse caso:

- a) O Código de Processo Civil prevê que, em hipótese alguma, o advogado não será admitido a postular em juízo sem procuração.
- b) Pedro poderá ajuizar a ação, mas deverá prestar caução idônea e suficiente comprometendo-se a exibir a procuração no prazo de 15 dias, prorrogável por igual período por despacho do juiz.
- c) O ato não ratificado será considerado ineficaz relativamente àquele em cujo nome foi praticado, mas o Código não responsabiliza o advogado e, assim, Pedro Rubens não responderá por perdas e danos.
- d) Pedro Rubens poderá postular em juízo sem procuração buscando evitar preclusão, decadência ou prescrição do direito.

Questão 53

A Dra. Denise é uma famosa ortopedista e publicamente reconhecida por seu conhecimento em traumas. Recentemente foi nomeada como perita em uma ação de indenização por acidente automobilístico. Sobre o papel do perito no processo civil, pode-se afirmar que:

- a) O perito deve ser nomeado sempre que o juiz não tiver domínio técnico ou científico sobre o fato posto em juízo.
- b) Caso Dra. Denise apresente informações inverídicas, por culpa, será responsabilizada pelos prejuízos que causar e, além disso, ficará inabilitada para atuar em outras perícias no prazo de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.
- c) O Código de Processo Civil veda expressamente que a nomeação do perito seja realizada por livre escolha do juiz.
- d) Dra. Denise tem o dever de cumprir o ofício designado pelo juiz, em prazo que informar ao juízo, empregando toda diligência, mas podendo escusar-se do encargo por legítimo motivo.

Questão 54

Patrícia e Patrick são irmãos e réus numa ação de indenização por danos morais. Por nunca terem sido partes em ação judicial, ficaram sem reação e só buscaram auxílio profissional um mês após a citação. Sabendo que a contestação é uma das respostas do réu, assinale a alternativa correta:

- a) Patrícia e Patrick deverão alegar toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugnam o pedido do autor. A especificação das provas, por sua vez, será realizada obrigatoriamente em audiência de saneamento do processo.
- b) Os réus poderão, antes de discutir o mérito, alegar a incompetência absoluta ou relativa do juízo, a incorreção do valor da causa, a inépcia da petição inicial e outras matérias preliminares que poderão ser conhecidas de ofício pelo magistrado.
- c) Se Patrícia e Patrick tiverem contratado advogados diferentes, mas do mesmo escritório, os seus prazos de manifestação não serão contados em dobro.
- d) Depois de apresentada a contestação, o Código de Processo Civil veda que Patrícia e Patrick deduzam novas alegações em razão da estabilização da demanda.

Questão 55

Ao apresentar a contestação, a advogada Ana Paula especificou que pretende produzir prova testemunhal. Em seu escritório, ao consultar as informações sobre o caso, Ana Paula deparou com as seguintes testemunhas possíveis: André, com 15 anos; Bernardo, o juiz da causa; Carla, colega de trabalho do réu; Danilo, que tem manifesto interesse no litígio. Nesse caso:

- a) Nenhuma das testemunhas poderá depor.
- b) André, que tem 15 anos de idade, é incapaz de testemunhar e Danilo, por sua vez, está expressamente impedido de fazê-lo.
- c) Independentemente de compromisso, o juiz poderá admitir o depoimento de André e Danilo.
- d) O depoimento de Carla não será admitido pois é considerada suspeita pelo Código de Processo Civil. Em contrapartida, não há qualquer óbice ao depoimento de Bernardo.

Questão 56

Inconformado com a decisão proferida pelo juiz de 1º grau, Eduardo telefonou para seu advogado enfatizando que recorresse e prolongasse o trâmite processual o máximo possível. Seguindo o disposto no Código de Processo Civil, o advogado interpôs apelação e:

- a) eventuais questões resolvidas na fase de conhecimento, que não comportavam agravo de instrumento, foram suscitadas preliminarmente por não serem atingidas pela preclusão.
- b) caso o apelado tenha interposto apelação adesiva, o relator permitirá que o apelante se manifeste oralmente em sessão do Tribunal.
- c) esse recurso apresentará sempre efeito suspensivo.
- d) não pode suscitar questões de fato não propostas no juízo inferior, ainda que tenha comprovado que deixou de fazê-lo por motivo de força maior.

Questão 57

Gabriel, desde sua juventude, foi conhecido por seus relacionamentos amorosos: pouco duradouros, porém frutíferos e, assim, aos 32 anos, Gabriel já é pai de 8 crianças. Nos últimos dois meses, Gabriel descuidou-se das finanças pessoais e acabou deixando de pagar a pensão alimentícia dos filhos. Bruna, mãe de um de seus filhos, enviou-lhe uma mensagem avisando que ia procurar um advogado para que Gabriel fosse preso. Apavorado, Gabriel procurou o primo Daniel que, advogado experiente, explicou:

- a) Caso Gabriel seja preso, não precisará pagar as prestações alimentícias vencidas e vincendas.
- b) Gabriel não será preso pois o débito alimentar que autoriza a prisão civil é o que compreende até as 6 (seis) prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que vencerem no curso do processo.
- c) Gabriel será intimado pessoalmente para pagar o débito, provar que já o fez ou justificar a impossibilidade de efetuar-lo. Nesse último caso, Gabriel deverá comprovar a impossibilidade absoluta de pagar.
- d) Caso fosse preso, Gabriel cumpriria a pena em regime fechado e, eventualmente, poderia ficar junto aos demais presos comuns.

DIREITO PENAL

Cristiano Rodrigues

Questão 58

Flavio realizou 5 crimes de roubo numa mesma noite, em lojas do mesmo centro comercial, atuando sempre da mesma maneira e utilizando de uma arma de brinquedo para executar a conduta, sendo julgado e condenado pelos crimes em concurso. Já Felipe, seu irmão, também foi condenado por 5 crimes de roubo, porem cada um realizado em um bairro da cidade e em horários absolutamente distintos. Quando a forma de aplicação da pena a ser aplicada a Flavio e Felipe e em relação as regras relacionadas ao concurso de delitos adotadas pelo Código Penal, é correto afirmar que:

- a) no concurso de crimes as penas de multa são aplicadas distintamente, mas de forma reduzida, assim como acontecerá nas condutas realizadas por Flavio.
- b) o concurso material ocorre quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes com dependência fática e jurídica entre estes, como aconteceu na conduta de Felipe.
- c) o Código Penal Brasileiro adotou o sistema de aplicação de pena do cúmulo material para o concurso material de Felipe, e da exasperação para o crime continuado de Flavio.
- d) o concurso formal perfeito, também conhecido como próprio, ocorre quando o agente, por meio de uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes idênticos, caso em que as penas serão somadas, da mesma forma que no concurso material de crimes ocorrido nas condutas de Felipe.

Questão 59

Juliano, desejoso de tirar a vida da própria mãe, dispara sua arma de fogo a noite contra ela na chegada em sua casa, porem acaba causando a morte de sua tia por confundi-la com sua mãe, já que estava escuro e elas possuem as mesmas características físicas. Com base na como a situação acima, é correto afirmar que Juliano incorre em modalidade de erro:

- a) de tipo escusável – invencível – devendo responder pelo crime de homicídio sem a incidência da agravante relativa ao crime praticado contra ascendente, pois haja a vítima não era a sua mãe.
- b) de proibição devendo responder pelo crime de homicídio qualificado pelo fato de ter pretendido atingir ascendente de acordo com o seu dolo, independente da identidade da vítima.
- c) essencial inescusável – vencível – e não deverá responder pelo crime de homicídio qualificado, uma vez que a pessoa atingida não era a vítima por ele pretendida.
- d) acidental na modalidade error in persona devendo responder pelo crime de homicídio com a incidência da agravante relativa ao crime praticado contra ascendente mesmo a vítima não tendo sido, de fato, a sua mãe.

Questão 60

Carlos, reincidente, condenado anteriormente por um crime de lesão corporal dolosa, realizou um crime de furto simples e foi condenado a uma pena de 2 anos de reclusão. Com relação aos critérios para substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos adotados pelo CP, assinale a alternativa correta.

- a) A substituição não poderá ocorrer pois o réu é reincidente em crime doloso.
- b) Carlos fará jus à substituição já que a pena privativa de liberdade máxima abstratamente cominada para o furto não é superior a 4 (quatro) anos.
- c) Como a pena concretamente aplicada foi superior a um ano, a pena privativa de liberdade poderá ser substituída por uma pena restritiva de direitos e multa ou ainda por duas restritivas de direitos, mesmo Carlos sendo reincidente em crime doloso.
- d) Em caso de descumprimento injustificado da sua pena restritiva de direitos, esta será convertida em privativa de liberdade, reiniciando-se o cumprimento da integralidade da pena fixada em sentença condenatória definitiva.

Questão 61

Roberta, grávida de 7 meses, na direção de seu veículo automotor, em alta velocidade, colide, culposamente, com um outro veículo que estava parado no sinal de trânsito. Devido a violência do impacto acaba sofrendo um aborto no local do acidente. Diante da situação, Roberta é autuada no crime de auto aborto. Art. 124 CP. Você, como advogado(a) da família, poderia afirmar em tese defensiva que a conduta da gestante:

- a) corresponde ao delito de homicídio culposo no trânsito.
- b) corresponde ao delito de lesão corporal culposa no trânsito.
- c) corresponde ao delito de aborto provocado pela gestante, porém, punido culposamente.
- d) não gera qualquer responsabilidade penal, haja vista a inexistência de previsão legal para a modalidade culposa do crime de aborto.

Questão 62

Pedro decide matar seu pai, Rodrigo, e sabendo disso após conversarem pelo celular, Felipe se oferece, graciosamente, para dar carona ao agente até o local em que o crime acaba acontecendo. De acordo com os fatos narrados, é correto afirmar que Felipe pode ser considerado:

- a) coautor do delito, respondendo por homicídio agravado por haver sido praticado contra ascendente.
- b) partícipe do delito, respondendo por homicídio agravado por haver sido praticado contra ascendente.
- c) coautor do delito, respondendo por homicídio sem a incidência da agravante da vítima ser ascendente.
- d) partícipe do delito, respondendo por homicídio sem a incidência da agravante da vítima ser ascendente.

Questão 63

João, professor de natação, percebe o afogamento de seu aluno Alessandro, enquanto conversa na beira da piscina com uma Flavia, bela sócia do clube, que estava chegando na piscina naquele momento. Minutos depois Alessandro morre afogado e é retirado da piscina por outros frequentadores do clube. De acordo com a classificação dos crimes adotada em nosso ordenamento, pode se afirmar que João cometeu crime:

- a) De Omissão de socorro dolosa qualificada pelo resultado morte, crime omissivo próprio.
- b) De Homicídio Doloso, como crime omissivo impróprio, não se imputando a omissão de socorro.
- c) De Homicídio doloso apenas, crime omissivo por comissão.
- d) De Omissão de socorro e homicídio doloso em concurso, crimes comissivos impróprios.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Ivan Marques

Questão 64

A respeito da aplicação da lei processual penal, assinale a alternativa compatível com o atual regramento jurídico de nova regra exclusivamente processual:

- a) atinge atos processuais anteriores à sua entrada em vigor se for mais favorável ao réu.
- b) aplica-se apenas a atos processuais futuros, não atingindo atos já iniciados sob a égide da lei anterior.
- c) incide imediatamente, inclusive atingindo atos processuais já iniciados, adaptando a sua aplicação e retificando o que for diversamente tratado na lei nova.
- d) atinge atos processuais anteriores à sua entrada em vigor mesmo se desfavorável ao acusado, pois a norma é puramente processual.

Questão 65

Armando, adolescente com 14 anos de idade, foi trancado pelo professor da escola como castigo no laboratório do colégio. O professor, no intuito de realmente castigá-lo, trancou o jovem e não comunicou ninguém. Após o não retorno de seu menino para casa, Amélia, sua mãe, procura o Delegado de Polícia do bairro pedindo ajuda pelo desaparecimento de seu filho. Em relação às opções que a autoridade policial tem diante do crime de sequestro e cárcere privado (art. 148 do Código Penal), assinale a alternativa INCORRETA:

- a) poderá requisitar dados e cadastro de possíveis suspeitos e da vítima para qualquer ente público ou empresa privada.
- b) a requisição deve ser atendida pelo ente público ou empresa privada em 24 horas.
- c) o representante do *Parquet* também poderia fazer a requisição se a mãe procurasse diretamente o Ministério Público.
- d) por atingir o direito à intimidade dos suspeitos, a requisição de dados deve ser precedida de autorização judicial.

Questão 66

Ciente de que alguns crimes dependem da representação do ofendido para serem investigados, processados e punidos, aponte a alternativa CORRETA:

- a) a representação virá desacompanhada das informações que possam servir à apuração do fato e da autoria, pois é apenas uma manifestação de vontade.
- b) a representação, quando feita ao juiz, valerá como autorização para o início imediato da ação penal, devendo o magistrado determinar, logo após o recebimento da representação, a citação do réu.
- c) além do direito de queixa, a representação também pode ser atingida pela decadência, se não for exercida em 6 meses contados da ciência da autoria delitiva.
- d) o direito de representação é ato personalíssimo e não poderá, por essa razão, ser exercido por procurador com poderes especiais.

Questão 67

A prova documental exerce importante função na busca da verdade processual. Quanto ao regramento da prova documental, aponte a alternativa CORRETA:

- a) consideram-se documentos quaisquer escritos, instrumentos ou papéis, públicos ou particulares.
- b) as partes só podem apresentar documentos em momentos processuais específicos: o Ministério Público na denúncia e a Defesa na resposta à acusação.
- c) não se admitem fotografias de documentos como prova em processo penal.
- d) os documentos em língua estrangeira só poderão ser juntados aos autos após a tradução por tradutor público, ou, na falta, por pessoa idônea, nomeada pela autoridade.

Questão 68

Admitir-se-á a decretação da prisão preventiva pela autoridade judicial, nos termos do Código de Processo Penal:

- a) para garantir a execução das medidas protetivas de urgência em qualquer delito contra qualquer vítima.
- b) se o agente for reincidente em crime culposo praticado com violência.
- c) nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a quatro anos.
- d) em qualquer hipótese se houver cautelaridade.

Questão 69

O desaforamento é a medida judicial que modifica a competência da Vara do Júri por força de situações expressamente previstas no Código de Processo Penal. Dentre as hipóteses legais de desaforamento, aponte a alternativa que NÃO está de acordo com as regras vigentes sobre o tema:

- a) será possível se houver dúvida razoável a respeito da imparcialidade dos jurados.
- b) será possível se o julgamento não puder ser realizado no prazo de 6 (seis) meses, contado do recebimento da denúncia.
- c) será possível se o interesse da ordem pública assim o exigir.
- d) será possível para garantir a segurança pessoal do acusado.

DIREITO DO TRABALHO

Priscila Ferreira

Questão 70

Marcos, de 17 anos de idade, ajuizou ação trabalhista pleiteando a descaracterização de seu contrato de aprendizagem e o reconhecimento do vínculo trabalhista no período em que esteve contratado pela empresa XPTO Indústria e Comércio, com o pagamento das verbas contratuais e rescisórias decorrentes. Afirmou que não desenvolvia atividade própria de aprendiz e que tinha jornada maior do que aquela estipulada em contrato e admitida ao aprendiz. Estudante do Ensino Médio, Marcos alegou que trabalhava oito horas diárias e que era submetido à aprendizagem teórica, além da atividade que já desenvolvia na área administrativa da empresa, o que estendia sua jornada. O juiz do processo, com fundamento legal, julgou

- a) improcedente a reclamatória, pois a duração do trabalho do aprendiz poderá ser de até oito horas diárias para os aprendizes que já tiverem completado o Ensino Fundamental, se nelas forem computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica.
- b) procedente a reclamatória, pois a jornada do aprendiz não pode, sob hipótese alguma, exceder seis horas diárias, salvo se para fins de compensação.
- c) procedente a reclamatória, tendo em vista que a aprendizagem teórica não está prevista para vagas de aprendizes na área administrativa de empresas, havendo, portanto, a descaracterização do contrato de aprendizagem.
- d) improcedente a reclamatória, já que Marcos concordou, ao assinar seu contrato, que em sua jornada diária poderia incidir a prorrogação de horas.

Questão 71

Determinada categoria de trabalhadores em empresas de transporte coletivo está em plena negociação coletiva com a entidade patronal. Ocorre que, pretende utilizar seu direito constitucional de deflagrar a greve da categoria. Assim, nos termos da legislação vigente, deverá observar a comunicação da decisão aos empregadores e aos usuários com antecedência mínima de

- a) 24 horas.
- b) 36 horas.
- c) 48 horas.
- d) 72 horas.

Questão 72

Empregado e empregador celebram contrato individual de trabalho pelo prazo de 9 (nove) meses, para a execução de serviço de natureza transitória. Ao término do contrato prorrogam-no por mais 9 (nove) meses e, novamente, ao término deste, estabelecem nova prorrogação por mais 6 (seis) meses. Em decorrência da situação acima descrita, o contrato por prazo determinado

- a) será válido, tendo em vista que sua duração total não ultrapassou o limite máximo de duração de dois anos.
- b) será válido, tendo em vista que foi celebrado para execução de serviço de natureza transitória, não tendo relevância na análise da sua validade o número de prorrogações realizadas.
- c) será nulo, tendo em vista que foi prorrogado mais do que uma vez, razão pela qual não gera nenhum efeito jurídico para as partes.
- d) passará a vigorar sem determinação de prazo, tendo em vista que foi prorrogado mais de uma vez.

Questão 73

Leopoldo trabalha na empresa Calçados de Navegantes Ltda. e, no mês de maio de 2017, não trabalhou dia algum e não apresentou qualquer justificativa. Chegando o dia 5 de junho de 2017, quando os colegas começaram a receber o salário do mês de maio e nada foi entregue a Leopoldo, ele questionou o pagamento do salário do mês em questão.

Diante da situação concreta, de acordo com os princípios gerais que regem os contratos, é correto afirmar que:

- a) está errado o empregado, pois somente trabalhando mais de metade do mês há direito a salário;
- b) ambas as partes estão erradas, pois não agiram de boa-fé, a despeito de a conduta reta e honesta ser um princípio basilar dos contratos no Direito Civil;
- c) está correta a empresa, pois, o empregador não precisa cumprir a sua obrigação se o outro contratante não cumpriu a sua parte;
- d) está errada a empresa, em razão de ser obrigada a cumprir a sua parte no contrato.

Questão 74

A empresa Tudo de Bom Ltda pretende conceder férias aos seus empregados em períodos sazonais, de acordo com o movimento comercial. Maria do Socorro não concorda em usufruir as férias de forma fracionada e manifesta sua discordância. Considerando essa situação hipotética, é correto afirmar que a empresa

- a) poderá fracionar as férias em até três períodos, independentemente da anuência da empregada.
- b) não poderá fracionar as férias da empregada, vez que para tanto é indispensável a anuência da empregada.
- c) poderá fracionar as férias em até dois períodos, independentemente da anuência da empregada.
- d) não poderá fracionar as férias da empregada, pois para o fracionamento é indispensável norma expressa em acordo ou convenção coletiva de trabalho.

Questão 75

Rosa era engenheira em uma empresa, ganhava R\$18.000,00 mensais e foi dispensada por justa causa. Um mês após a ruptura contratual, a empresa contratou Regina para o seu lugar, com salário de R\$8.500,00. Após saber do salário de sua antecessora, Regina queixou-se ao setor de Recursos Humanos, afirmando que deveria receber o mesmo salário.

De acordo com o entendimento consolidado pelo TST, é correto afirmar que:

- a) Regina não tem razão, pois se tratava de cargo vago;
- b) a forma de reparar a injusta lesão é a equiparação por equivalência;
- c) a empregada tem razão, pois vigora o princípio da isonomia;
- d) a substituta teria de receber, no mínimo, 60% do salário da antecessora;

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Priscila Ferreira

Questão 76

Em relação às capacidades de postular e de estar em juízo, conforme normas contidas na Consolidação das Leis do Trabalho,

- a) nos dissídios individuais os empregados e empregadores somente poderão estar em juízo se estiverem representados por advogado particular ou de entidade sindical.
- b) a constituição de procurador com poderes para o foro em geral poderá ser efetivada, mediante simples registro em ata de audiência, a requerimento verbal do advogado interessado, com anuência da parte representada.
- c) a reclamação trabalhista do menor de 18 anos somente será acolhida se feita por órgão do Ministério Público do Trabalho.
- d) os maiores de 18 e menores de 21 anos poderão pleitear perante a Justiça do Trabalho sem a assistência de seus pais ou tutores, desde que assistidos por advogado.

Questão 77

Na audiência de instrução e julgamento de uma reclamação trabalhista, após a qualificação da única testemunha arrolada pelo reclamante, a qual havia trabalhado com ele na empresa demandada, esta apresentou contradita sob a alegação de que a testemunha também havia ajuizado contra ela reclamatória trabalhista, fato que, segundo a companhia, geraria sua suspeição. Nessa situação hipotética, a contradita apresentada deverá ser

- a) deferida, sob o argumento de que trabalhar na mesma empresa pressupõe amizade íntima, também levando à suspeição.
- b) indeferida, pois o fato de a testemunha ter ajuizado a reclamação trabalhista constitui causa de impedimento, e não de suspeição.
- c) indeferida, por se tratar da única testemunha do reclamante, de modo que acatar a suspeição consistiria em ofensa ao contraditório e à ampla defesa.
- d) indeferida, haja vista que o simples fato de litigar contra a mesma reclamada não é razão suficiente para gerar suspeição.

Questão 78

Xisto arrematou um conjunto comercial pelo valor de R\$ 200.000,00. No ato da arrematação depositou R\$ 40.000,00. Neste caso, conforme previsão na Consolidação das Leis do Trabalho, Xisto

- a) deverá depositar o restante dentro do prazo de 48 horas.
- b) depositou valor a menor uma vez que deveria ter depositado R\$ 60.000,00.
- c) depositou valor a maior uma vez que deveria ter depositado R\$ 20.000,00.
- d) deverá depositar o restante dentro do prazo de 24 horas.

Questão 79

Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar

- a) as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os órgãos da administração pública direta e indireta, independentemente do regime jurídico de seus servidores.
- b) os mandados de segurança e os *habeas corpus*, quando o ato questionado envolver crimes contra a organização do trabalho.
- c) as ações que envolvem o exercício do direito de greve.
- d) as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, desde que o autor ostente a condição de trabalhador.

Questão 80

A empresa Gregos e Troianos Ltda. possui nos seus quadros um empregado que exerce o cargo de dirigente sindical no sindicato que representa a categoria profissional dos empregados. Referido empregado foi surpreendido embriagado no ambiente de trabalho e a empresa o suspendeu, pretendendo dispensar o mesmo por justa causa. Nessa hipótese, a empresa deverá

- a) comunicar o sindicato da categoria no prazo de 5 dias para o mesmo instaurar inquérito para apuração dos fatos.
- b) marcar a homologação da rescisão do empregado perante o Ministério do Trabalho, o qual deverá notificar o sindicato da categoria para tomar ciência da rescisão contratual de seu dirigente.
- c) propor inquérito para apuração de falta grave perante a Vara do Trabalho competente, no prazo de 30 dias da suspensão do empregado.
- d) ajuizar inquérito civil perante o Ministério Público do Trabalho para apuração dos fatos, para que a dispensa possa ter legitimidade.



Conheça nossos cursos:

[Curso para a 1ª fase:](#)

<http://bit.ly/Cursos-para-a-1ª-fase>

Conheça nosso Sistema de Questões!

[ASSINE: Estratégia Questões:](#)

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>



Estratégia
OAB